

COOPERAÇÃO COM TIMOR-LESTE

SELECÇÃO DE LICENCIADOS

No âmbito do Programa de apoio ao funcionamento do sistema educativo de Timor-Leste, vai proceder-se à constituição de uma reserva de licenciados, não vinculados à Administração Pública, interessados em leccionar Português naquele país/prestar formação aos professores timorenses na área da Metodologia e Didáctica da Língua Portuguesa, para eventual contratação a partir do ano escolar de 2007/2008, ao abrigo e nos termos do artigo 4º, n.º1 da Lei n.º13/2004, de 14/04.

Os interessados deverão possuir qualificação profissional para leccionação da disciplina de Português do 3º ciclo do ensino básico/ensino secundário (grupo de recrutamento de código 300) [5 licenciados a contratar].

Os contratos terão um prazo de vigência de 1 (um) ano, eventualmente renovável, com início previsto para Setembro de 2007; aos contratados será considerado o tempo de serviço docente para eventuais concursos a que venham a candidatar-se para professores do ensino público português.

A remuneração mensal é de €1306,98, acrescida de um subsídio complementar de €800.

O Estado Português assumirá o pagamento das viagens de ida e volta, a atribuição de um subsídio de embarque pago no primeiro contrato, a protecção social obrigatória, e seguro de assistência em viagem e acidentes pessoais. Será garantido ao contratado alojamento adequado.

A graduação dos interessados admitidos é determinada através da aplicação da seguinte fórmula, até ao limite de 20 valores, sendo atribuído um valor por cada ano completo de serviço docente:

$$AD = C + 1V \times (N/365)$$

Em que:

C – classificação profissional

1V – um valor

N – número de dias de serviço docente.

Em caso de igualdade na graduação, para desempate, será, sucessivamente, aplicado o seguinte:

- O que tiver menos idade;
- O que tiver classificação profissional mais elevada;
- O que tiver mais baixo número de inscrição.

Os candidatos serão, ainda, submetidos a uma entrevista destinada a complementar informação relativa ao perfil definido para a função.

Os interessados deverão apresentar as suas pretensões no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao da data da divulgação do presente anúncio até as 18 horas do último dia do prazo, através de formulário electrónico, disponível no endereço www.dgrhe.min-edu.pt, organizado de forma a recolher os elementos legais de identificação do candidato, elementos necessários à sua graduação e ordenação.

Os interessados devem aceder à aplicação do formulário electrónico, disponível no site www.dgrhe.min-edu.pt na área de concursos para o estrangeiro, durante o prazo de candidatura, de 19 a 25 de Julho e procederem à Inscrição Obrigatória (identificação e residência).

Após a inscrição ser-lhes-á fornecido o nº de candidato e a palavra-chave.

O nº de candidato e a palavra-chave escolhida permitirá o acesso ao formulário electrónico.

Os interessados que foram opositores ao concurso nacional de educadores de infância e professores dos 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico e ensino secundário, para o ensino português no estrangeiro (EPE), PALOP e Timor em anos anteriores, são já titulares do nº de candidato e da palavra-chave. Com estes elementos têm acesso ao formulário electrónico da candidatura, não necessitando de proceder a nova inscrição obrigatória.

Ambas as aplicações (Inscrição Obrigatória e Formulário electrónico de candidatura) estão disponíveis até às 18 horas do último dia do prazo de candidatura.

O Manual de Instruções da formulário electrónico, a disponibilizar aquando da candidatura, explicará detalhadamente o preenchimento do formulário electrónico, pelo que, será obrigatória a sua consulta, antes do seu preenchimento.

O Centro de Atendimento Telefónico (CAT), dedicado ao esclarecimento dos candidatos, encontra-se em funcionamento das 10 às 18 horas (dias úteis).

Os interessados devem enviar por via postal para o endereço: **DGRHE, Seleção de Licenciados para Timor Leste, Apartado 30069, 1350-999 Lisboa**, dentro do prazo estabelecido para a candidatura, e anexos à cópia do recibo do formulário electrónico, os seguintes documentos:

- 1 Certidão da licenciatura, com a respectiva classificação final;
- 2 Declarações de tempo de serviço docente prestado;
- 3 Fotocópia do Documento de Identificação;
- 4 *Curriculum vitae*;
- 5 Declaração de que não se encontra vinculado(a) à Administração Pública portuguesa (modelo disponível no endereço da DGRHE)

Serão excluídos os interessados que não apresentem a sua pretensão dentro do prazo atrás definido, entreguem a documentação exigida incompleta, fora do prazo ou com encaminhamento diferente do estabelecido ou que não possuam os requisitos exigidos.

As listas provisórias de ordenação e de exclusão, serão divulgadas nos sítios da DGRHE (<http://www.dgrhe.min-edu.pt>) e do GEPE (<http://www.gaeri.min-edu.pt>).

Das listas provisórias de ordenação e de exclusão poderá ser apresentada reclamação fundamentada, a apresentar no prazo de cinco dias úteis a contar do primeiro dia útil seguinte ao da data de divulgação das mesmas, até às 18 horas do último dia do prazo, sob pena de aceitação das mesmas e de caducidade de outro tipo de recurso.

A reclamação deverá ser apresentada em formato electrónico, a disponibilizar atempadamente no site da DGRHE (www.dgrhe.min-edu.pt).

Os interessados serão notificados do indeferimento das reclamações por via electrónica acedendo, para este efeito, a uma aplicação disponível na página da DGRHE.

Esgotado o prazo de apreciação das reclamações, a lista provisória de ordenação, com as alterações das reclamações julgadas procedentes e das provenientes das desistências e, após homologação do Director Geral da Direcção Geral dos Recursos Humanos da Educação, converte-se em lista final de seriação, para efeitos de selecção. Esta lista será divulgada nos sítios da DGRHE e do GEPE.

Os candidatos que sejam seleccionados são retirados de todas as listas de ordenação dos concursos efectuados pela DGRHE.

Alerta-se ainda para o facto de no caso de não aceitar uma colocação para o ensino português no estrangeiro ou de selecção para os PALOP ou Timor o candidato fica impedido de prestar serviço nesse ano e no seguinte em qualquer dos concursos efectuados pela DGRHE.

Os interessados admitidos na lista definitiva de ordenação que não sejam seleccionados poderão vir a manter-se em lista, para selecção posterior, a solicitação das Autoridades daquele Estado, dentro do mesmo ano lectivo.

GEPE e DGRHE, 18 de Julho de 2007.